
EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NORDESTINA: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS DOIS CENSOS AGROPECUÁRIOS

Evolution of northeast family farm: a comparative analysis between two agricultural census

Carlos Enrique Guanzioli

Doutor em Economia pela University College London, Inglaterra. Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense, Brasil. Rua Tiradentes 17, sala 12 – INGA. CEP: 24.240-510. carlos.guanzi@gmail.com

Alberto Di Sabbato

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Professor associado da Universidade Federal Fluminense, Brasil. Rua Tiradentes 17, sala 12 – INGA. CEP: 24.240-510. alberto@economia.uff.br

Maria de Fátima Vidal

Engenheira Agrônoma, Mestre em Economia Rural e Pesquisadora do BNB/ETENE. Av. Pedro Ramalho 5700. Castelão. CEP: 60.743-902. fatimavidal@bnb.gov.br

Resumo: Este trabalho comparou a evolução da agricultura familiar no Nordeste entre os censos agropecuários de 1996 e 2006. A metodologia utilizada foi a conhecida como “FAO-Incra” que permite caracterizar a agricultura familiar delimitando-a no universo total dos estabelecimentos. Os dados mostraram que os estabelecimentos familiares continuam sendo maioria no meio rural nordestino e ocorreu crescimento da sua participação na produção agropecuária da região, evidenciando que, embora o avanço na adoção de tecnologias tenha sido baixo, a agricultura familiar faz parte das cadeias do agronegócio que apresentou elevado crescimento na década analisada. No período, compreendido entre 1996 e 2006 destacam-se o avanço da participação dos familiares no valor bruto da produção total, na produção da lavoura permanente e de várias culturas temporária. Por outro lado, houve redução da participação na pecuária de corte e de leite. Observou-se ainda que existem diferentes segmentos de agricultores familiares no Nordeste e que houve forte concentração da produção e renda dentro da própria agricultura familiar, com intensificação da produção do segmento de renda mais alta, os demais estabelecimentos, que são maioria absoluta, continuam com baixíssima capacidade de produção e geração de renda.

Palavras-chave: agricultura familiar, nordeste, censo agropecuário.

Abstract: This work compared the evolution of the family farming in the Northeast between the farming censuses of 1996 and 2006. The used methodology was the acquaintance with “FAO-Incra” that there allows to characterize the family farming delimiting it in the total universe of the establishments. The data showed that the familiar establishments keep on being majority in the northeastern rural environment and there was growth of his participation in the northeastern farming production, showing up that, though the advancement in the technologies adoption has been low, the family farming makes part of the agribusiness who presented elevated growth in the analyzed decade. In the period understood between 1996 and 2006 they detach the advancement of the participation of the family farmer in the brutish value of the total production, in the permanent crops production, and of several temporary crops. On the other side, there was reduction of the participation in the dairy and beef cattle production. It was still noticed that there are different segments of familiar farmers in the Northeast and that there was strong concentration of the production and income inside the family farming itself, with intensification of the production of the segment of higher income, too many establishments, which are an absolute majority, continue with too low capacity of production and generation of income.

Keywords: Family farming, northeast, farming census.

1 Introdução

Do ponto de vista legal (Lei 11.326 de 2006), agricultor familiar é aquele que exerce atividades agropecuárias no meio rural e que cumpre os seguintes quesitos:

I - não deter área maior do que quatro módulos fiscais¹; II - utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades do seu estabelecimento ou empreendimento; III - a renda familiar ser predominantemente originada de atividades vinculadas ao próprio estabelecimento; e IV - o estabelecimento ser dirigido pelo (a) agricultor (a) com sua família (art.3).

No entanto, há que se considerar que ainda persiste no Brasil uma confusão conceitual entre agricultura familiar de subsistência, pequena produção e pobreza rural, que dificulta a análise das atividades e a elaboração de políticas de desenvolvimento rural. Parte dessa confusão começou a ser desfeita pelo trabalho Novo retrato da agricultura familiar redescoberto (CARDIM; GUANZIROLI, 2000), que mostrou uma realidade distinta sobre a importância e contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento do país.

Até aquele momento, a “pequena produção” era vista principalmente como um conjunto de unidades de subsistência que comercializavam excedentes nos mercados locais. Alguns autores destacavam a pequena produção e a unidade familiar como “depósito e reserva de mão de obra” que, com baixo custo de oportunidade, inseria-se no mercado de trabalho rural como trabalhador temporário, conhecido como boia-fria.

Os autores definiram como estabelecimentos familiares aqueles cuja direção dos trabalhos fosse do produtor; o trabalho familiar (calculado com base em fórmula própria) fosse maior que o contratado e com área total do estabelecimento maior ou igual à área máxima regional. A partir desses critérios, os questionários do Censo Agropecuário 1995/96 foram reprocessados, com os estabelecimentos classificados em familiares, patronais, de instituições piás/religiosas; de entidades públicas e não identificados. O cenário descortinado a partir daí revaloriza a agricultura familiar e ajuda a explicar a confusão conceitual anteriormente referida.

1 O módulo fiscal é uma unidade relativa de área, expressa em hectares, fixada para cada município, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que leva em conta: tipo de exploração predominante no município; a renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; conceito de propriedade familiar.

O *Retrato* atualizou a fotografia da agricultura brasileira em geral, focalizando e destacando a categoria da agricultura familiar, que até então não tinha sido utilizada de forma abrangente no país. Além disso, o *Retrato* revelou uma agricultura familiar muito mais robusta e relevante, do ponto de vista econômico e social, do que se supunha a partir da visão dominante da “pequena produção” de subsistência, além da existência de várias agriculturas familiares.

Passados 10 anos dessa análise qual será a situação da agricultura familiar nordestina? A realização pelo IBGE do Censo Agropecuário em 2006 permite-nos agora dar resposta a essa questão.

A concepção básica que norteou o estudo foi de caracterizar os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção o que implica superar a tendência de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a, equivocadamente, à “pequena produção”.

2 Metodologia

O estudo adotou uma tipologia que busca classificar os produtores a partir das condições básicas do processo de produção, que explica, em boa medida, suas reações e respostas ao conjunto de variáveis externas, assim como a sua forma de apropriação da natureza.

O universo agrário é extremamente complexo, com diferentes tipos de agricultores, os quais têm interesses particulares, estratégias próprias de sobrevivência e de produção e que, portanto, respondem de maneira diferenciada a desafios e restrições semelhantes.

Os vários tipos de produtores são portadores de racionalidades específicas que, ademais, se adaptam ao meio no qual estão inseridos, fato que reduz a validade de conclusões derivadas puramente de uma racionalidade econômica única, universal e atemporal. Daí a importância de identificar os principais tipos de produtores.

O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor;
- b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado.

Adicionalmente, foi estabelecida uma *área máxima regional* como limite superior para a área total dos estabelecimentos familiares com vistas a

evitar eventuais distorções que decorreriam da inclusão de latifúndios no universo familiar.

O Número de Unidades de Trabalho Familiar (UTF) por estabelecimento/ano foi determinado como sendo a soma do número de pessoas ocupadas da família com 14 anos e mais e da metade do número de pessoas ocupadas da família com menos de 14 anos.

O trabalho contratado (UTC) foi obtido a partir das despesas realizadas com mão de obra empregada, incluindo os serviços de empreitada. O valor dessas despesas dividido pelo valor anual de remuneração de uma unidade de mão de obra permite obter o número de unidades de trabalho contratadas pelo estabelecimento.

Uma vez estabelecida a delimitação do universo familiar, procedeu-se à diferenciação no interior do segmento, na medida em que se admite a existência de produtores familiares em distintos graus de desenvolvimento socioeconômico e, portanto, com distintas lógicas de produção e sobrevivência.

- 1) *Tipo A*, com Renda Total superior a três vezes o Valor do Custo de Oportunidade (VCO);
- 2) *Tipo B*, com Renda Total superior a uma vez até três vezes o VCO;
- 3) *Tipo C*, com Renda Total superior à metade até uma vez o VCO;
- 4) *Tipo D*, com Renda Total igual ou inferior à metade do VCO.

O Valor do Custo de Oportunidade (VCO) foi considerado como sendo o valor da diária média estadual, acrescido de 20%² e multiplicado pelo número de dia úteis do ano (calculado em 260).

Os tipos A, B, C e D foram associados a, respectivamente, agricultores consolidados, em processo de consolidação, estagnados e periféricos.

3 Evolução da agricultura familiar brasileira e nordestina entre 1996 e 2006

O Nordeste possui um setor de agricultura familiar mais significativo e representativo dentro do contexto de sua agricultura do que na média nacional. Tanto no que se refere à área ocupada por agricultores familiares como no que diz respeito aos financiamentos, pessoal ocupado e valor

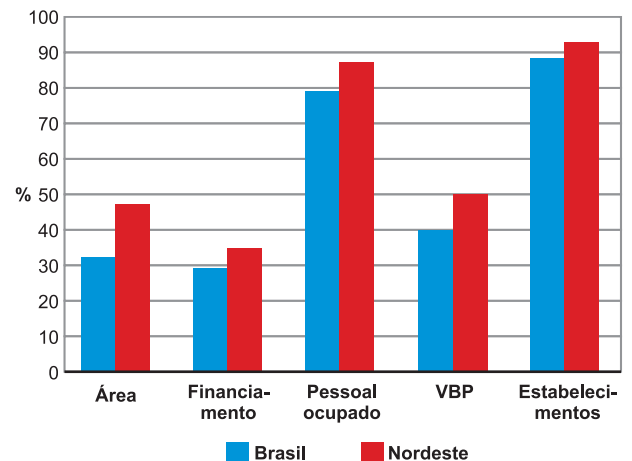
bruto da produção (VBP) o Nordeste se revela uma região na qual predominam os agricultores familiares de forma mais acentuada que no Brasil. Com relação aos estabelecimentos, 92,7% caíram na categoria de familiares no Nordeste contra 87,5% na média do Brasil (Gráfico 1).

Além disso, é importante mostrar que os agricultores familiares conseguem produzir 50,2% da produção total agrícola do Nordeste numa área menor que a dos não familiares (46,9% para os familiares) e com um financiamento também menor (36,9%). Isto revela que os familiares são mais produtivos em terra e capital (financiamento), o que é coerente com a teoria alocativa de fatores que diz que um agente é mais eficiente ou intensivo no uso do fator mais escasso.

Por outro lado, quando se trata da mão de obra, os familiares são mais ineficientes, produzem 50,2% do VBP usando 87,2% do pessoal ocupado do Nordeste, o que também é coerente com esta teoria, já que a mão de obra é o fator mais abundante dos familiares, que, por isso, utilizam-na de forma menos produtiva, revelando baixa produtividade marginal, ou subocupação da mão de obra familiar.

Cabe destacar o aspecto área que é o mais representativo da importância dos agricultores familiares frente ao resto. Sua maior significância revela, entretanto, uma menor produtividade comparada à obtida no Brasil, já que se precisa de área maior para produzir certo VBP.

Gráfico 1 – Participação dos estabelecimentos familiares na área ocupada, financiamento, pessoal ocupado, valor bruto da produção (VBP) e no total de estabelecimentos no Nordeste e no Brasil (%) – 2006.



Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

² A inclusão deste percentual, embora arbitrário, justifica-se porque as diárias são muito baixas e não asseguram a estabilidade do agricultor.

A maior necessidade de área no Nordeste está relacionada às limitações de solo e clima. Cerca de 70,0% do semiárido está sobre o embasamento cristalino onde os solos geralmente são rasos, de baixa capacidade de infiltração de água e que, portanto, limitam o desenvolvimento das culturas. Além disso, a Região está sujeita a períodos cíclicos de seca.

No Nordeste verifica-se também um maior avanço nestas variáveis gerais entre os dois Censos do que avançou na média do Brasil. Enquanto a agricultura familiar avançou cerca de 2 pontos percentuais na participação do VBP da agricultura brasileira, no Nordeste este crescimento foi de 7 pontos percentuais.

3.1 Categoria de produtores familiares

A agricultura familiar no Nordeste está composta por 2.274.120 estabelecimentos, dos quais apenas 155.379 fazem parte do grupo dos mais capitalizados (renda total acima de 3VCO³), enquanto no extremo oposto (menos de 1/2 VCO) existem 1.415.583 estabelecimentos, que sobrevivem apenas com atividades para subsistência, sem nenhuma renda monetária.

A participação do grupo A de renda, embora tendo crescido substancialmente entre 1996 e 2006 (passou de 3,8% para 6,3%) ainda é menor no contexto da agricultura nordestina do que na média nacional (7,98%). Os mais pobres também são mais numerosos no Nordeste, proporcionalmente à média nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Percentual de estabelecimentos, área ocupada e VBP dos estabelecimentos familiares no Nordeste e no Brasil por grupos de renda – 1996 e 2006

Tipo de Agricultor	Nordeste						Brasil		
	Estabelecimentos (%)		Área (%)		VBP (%)		Estab. (%)	Área (%)	VBP (%)
	1996	2006	1996	2006	1996	2006			
Familiar total	88,3	92,7	43,5	46,9	43,0	50,2	88,0	46,9	40,0
Tipo A	3,8	6,3	7,0	7,7	14,4	36,7	8,0	7,7	27,1
Tipo B	14,2	18,0	12,8	12,2	12,9	6,0	18,2	12,2	6,4
Tipo C	18,1	10,6	8,7	5,7	7,4	2,4	11,1	5,7	2,0
Tipo D	52,2	57,7	15,1	21,3	8,3	5,0	50,7	21,3	4,5

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

A tabela 1 expressa a heterogeneidade entre os grupos de renda. O grupo A, embora seja formado por um grupo relativamente pequeno de produtores (6,3% do total dos estabelecimentos) contribui com parte significativa da produção dos familiares.

³ Valor do Custo de Oportunidade.

Em 2006, os agricultores familiares foram responsáveis por 50,2% do VBP do Nordeste, desse total 36,7% foram de responsabilidade do grupo A, enquanto os demais grupos contribuíam com parcelas pequenas do total.

Houve também uma forte concentração do VBP entre 1996 e 2006, tendo o grupo A passado de 14,4% do total para 36,7%. Em relação à média nacional, a concentração da produção do Nordeste é maior. Na média nacional o grupo A produz 27,7% do total.

O fortalecimento e a concentração no grupo A não aconteceram por aumento de área. O crescimento foi quantitativo, eram apenas 77.000 em 1996 e passaram a ser 155.379 estabelecimentos em 2006. O tamanho médio de suas áreas de fato diminuiu. Os familiares do grupo A foram os que de fato perderam mais terra, cuja área média passou de 62 ha para 37 ha, próximo da média nacional. Os demais grupos mantiveram ou perderam área (Tabela 2). Este fato revela que teria havido um forte processo de intensificação da produção entre os familiares do grupo A, provavelmente pelo aumento das áreas irrigadas.

Tabela 2 – Área média dos estabelecimentos familiares, em hectares, no Nordeste e no Brasil por grupo de renda – 1996 e 2006

Grupo de renda	Nordeste		Brasil
	1996	2006	2006
Familiar Total	16,6	15,6	23,5
Tipo A	62,0	37,4	39,2
Tipo B	30,2	20,8	24,1
Tipo C	16,1	16,5	20,5
Tipo D	9,7	11,4	21,4

Fonte: Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Fica claro também que o tamanho da área possuída não tem necessariamente correlação com a VBP a ser obtido, pelo menos dentro do universo dos agricultores familiares. Numa mesma área pode-se aumentar a renda por meio da adoção de tecnologias para aumentar a produtividade ou cultivar culturas de maior valor de mercado. Ou, em outras palavras, não se sai da miséria simplesmente aumentando a terra.

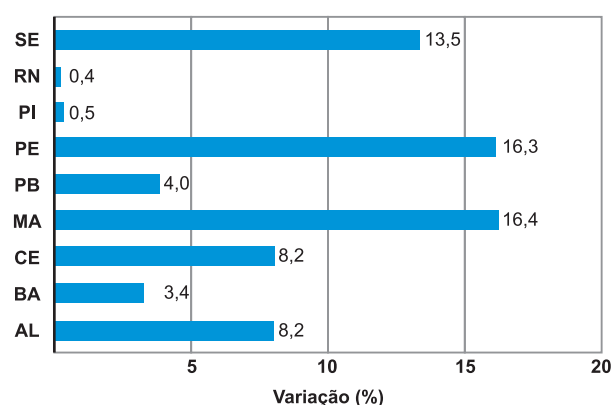
3.2 Desempenho da agricultura familiar no Nordeste por estado

No gráfico 2 pode-se observar que entre 1996 e 2006 a agricultura familiar evoluiu de forma mais contundente em termos de VBP nos estados do Maranhão, Pernambuco e Sergipe, certamente associado ao crescimento da participação dos agri-

cultores familiares na agricultura irrigada. No Maranhão ocorreu também crescimento da suinocultura e avicultura, provavelmente estimulado pelo avanço da produção de grãos nas áreas de cerrado do estado.

Ceará e Alagoas tiveram crescimento mais moderado, mas também associado ao crescimento da produção de culturas de maior valor agregado em sistema irrigado.

Gráfico 2 – Variação da participação dos estabelecimentos familiares no valor bruto da produção (VBP) dos estados do Nordeste (%) – 1996 e 2006.



Fonte: Censos Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

Na tabela 3 verificam-se grandes diferenças no valor bruto de produção auferido por hectare entre os estados em relação aos não familiares.

Alagoas e Pernambuco aparecem entre os estados onde o valor produzido por hectare entre os familiares é mais alto. No entanto, nesses estados o VBP/ha dos não familiares supera o dos familiares, o que deve ser consequência da maior exploração da cana-de-açúcar nestes estados em relação aos demais.

Maranhão e Piauí, embora com VBPs mais altos que os não familiares, destacam-se como os de valor de produção por hectare mais baixo, quase dez vezes menor que Alagoas. Na verdade o que acontece é que nesses estados a produção capitalista é pouco expressiva, o que permite o destaque da produção familiar, que apesar de ser pouco produtiva, representa um percentual bastante alto do total produzido.

Na tabela 3 pode-se confirmar a maior participação do grupo A na produção dos familiares, que varia desde um mínimo de 22,7% no Rio Grande do Norte até um máximo de 49,9% em Sergipe.

O estado onde se verifica uma repartição mais equilibrada é o Piauí. Mas no geral, percebe-

-se que apenas um grupo mais forte produz de forma comercial e relevante, enquanto os outros grupos de renda mantêm-se na subsistência produzindo baixíssimos excedentes comerciais. Deve-se lembrar de que no VBP estão incluídas tanto as produções de autoconsumo como as destinadas aos mercados.

Tabela 3 – Valor bruto da produção segundo o tipo de estabelecimento e participação percentual no VBP por grupo de renda nos estados do Nordeste – 2006

Estado	VBP (R\$/ha)		Part. (%) no VBP por grupo de renda			
	Fam. (a)	Não Fam. (b)	A	B	C	D
AL	1.199,3	1.870,8	24,9	2,9	1,2	2,5
BA	332,8	301,4	29,0	6,4	2,4	5,4
CE	507,3	476,5	46,8	6,5	2,6	4,5
MA	371,5	186,1	46,6	5,9	2,9	6,8
PB	422,0	359,3	41,3	8,7	3,1	6,0
PE	826,9	1.020,2	42,3	4,8	1,7	3,4
PI	176,8	112,9	36,3	10,5	4,9	10,1
RN	292,7	431,9	22,7	6,9	2,3	2,3
SE	940,0	577,0	49,9	7,4	2,9	6,1

Fonte: Censos Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

4 Modernização agrícola na agricultura familiar do nordeste

Percebe-se que no Nordeste apenas 2,7% dos agricultores familiares receberam Assistência Técnica Rural (ATER) em 1996, aumentando para 7,2% em 2006, mas só se for considerada neste atendimento a ATER dada de forma ocasional (Tabela 4).

Embora na média do Brasil o percentual de ATER não seja muito alto, ele quase triplica o do Nordeste. Neste quesito a diferença encontrada entre o Brasil e o Nordeste é uma das maiores entre o conjunto de indicadores analisados.

Um indicador positivo foi a energia elétrica no meio rural, que mais do que triplicou entre os dois Censos, passando de um percentual muito baixo em 1996 (18,2%) para uma cobertura relativamente ampla em 2006, de 62,6%, embora ainda inferior ao da média nacional.

O grau de associativismo que já era baixíssimo entre os familiares em 1996 caiu ainda mais chegando a níveis insignificantes. Em 2006, apenas 1,5% do total de produtores familiares declarou pertencer a cooperativas.

Existem várias hipóteses a serem exploradas para buscar uma explicação para a queda e a baixa

incidência de cooperativas tanto no âmbito do Nordeste como no nacional. A primeira seria que o pessoal busca se filiar mais a associações, o que não foi explicitamente perguntado no Censo. A segunda é a falência de muitas cooperativas nesse período por causa da concentração empresarial que aconteceu no setor lácteo em função da obrigatoriedade de resfriar o leite e do estabelecimento ter SIF (Serviço de Inspeção Federal). Nesse sentido, pode-se interpretar que muitas cooperativas teriam deixado de funcionar ao perder o estatuto legal que tinham nesta atividade antes da lei. A terceira hipótese diz respeito às falências de inúmeras cooperativas criadas de forma não muito sólida pelo Governo Federal e Governos Estaduais que ao carecer de capacidade de gestão se tornaram inviáveis e fecharam.

Tabela 4 - Percentual dos Estabelecimentos Familiares que utilizam tecnologia, insumos, energia etc. Nordeste total e por grupo de renda – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste		Grupos de Renda Nordeste (2006)				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Utiliza Assistência Técnica (1)	2,7	7,2	13,0	8,2	7,9	6,1	21,0
Associado à Cooperativa (2)	2,2	1,5	3,1	1,8	1,6	1,2	4,3
Utiliza Energia Elétrica	18,7	62,6	67,1	67,0	62,6	60,6	74,1
Força Animal	20,6	35,7	43,5	41,6	41,4	32,1	38,9
Força Mecânica	18,2	20,5	28,4	24,1	23,5	17,9	30,2
Força Manual	61,2	43,8	28,3	34,2	34,9	50,6	31,1
Utiliza Irrigação	3,9	5,1	12,5	6,2	5,4	3,8	6,2
Utiliza Adubos e Corretivos (3)	18,1	16,9	26,4	19,2	18,9	14,7	37,8

Fonte: Elaboração própria com base em IBGE, Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Notas:(1) A assistência técnica regular no Nordeste em 2006 era de apenas 2,5% do total, os 4,7% restantes são ocasionais.
(2) 38% declarou estar associado a entidades de classe.
(3) 58,7% declarou fazer práticas agrícolas, o que pode ser entendido como controle de pragas.

Outro tema que merece destaque entre as variáveis apresentadas é o altíssimo percentual de famílias que operam seus estabelecimentos com o uso exclusivo de tração manual, isto é, foice e enxada. Este percentual, que era de 61,2% em 1996, caiu para 43,8% em 2006, mas ainda está longe do percentual nacional e muito aquém do que seria de esperar de uma agricultura mais desenvolvida e moderna.

Apenas 20% dos agricultores familiares do Nordeste usam trator, no entanto o uso de máquinas pesadas na região por pequenos produtores deve

ser incentivado com cautela já que muitas áreas do semiárido não são passíveis de mecanização, pois os solos rasos apresentam alto risco de erosão, devendo ser revolvidos o mínimo possível. Os solos com afloramento rochoso, por sua vez, dificulta o tráfego de máquinas, além do risco de danos aos implementos e operadores. Além disso, nas demais áreas, a total mecanização só acontecerá quando as condições financeiras o permitirem para que a mudança seja sustentável.

O método que está avançando mais rapidamente no Nordeste é a tração animal, que embora seja uma técnica muito antiga, pode se apresentar como uma alternativa viável nas condições agroecológicas, de solo e financeiras nas quais atuam os agricultores familiares do Nordeste. De fato, parte da tração manual foi substituída pela tração animal, aliviando parcialmente o esforço despendido nas tarefas agrícolas pelas famílias da região.

As outras variáveis, como irrigação, uso de adubos e corretivos permanecem em níveis muito baixos. A escassez de recursos hídricos no semiárido nordestino, aliada às condições de solos desfavoráveis à irrigação em muitas áreas, limita o emprego da irrigação. A adubação por sua vez só é eficiente na presença de água, portanto, a baixa disponibilidade hídrica também limita o uso desse tipo de insumo.

Quando se desagregam estas variáveis por grupos de renda percebe-se que não há grandes diferenças entre os segmentos da agricultura familiar na adoção de técnicas modernas.

As variáveis em que se registram as maiores diferenças são força manual, irrigação e uso de adubos e corretivos. Maior percentual de agricultores do grupo A utilizam irrigação (12,5%) enquanto apenas 2,8% dos agricultores do grupo D utilizam a tecnologia. Com relação à adubação e corretivos observa-se a mesma tendência, 26,4% dos produtores consolidados adotam a técnica enquanto os periféricos apenas 14,7%. No grupo A somente 28,3% baseia-se na força manual, contra 43,8% na média do Nordeste (Tabela 4).

5 Perfil produtivo da agricultura familiar no Nordeste

5.1 Participação dos familiares nas lavouras permanentes

O avanço mais expressivo da agricultura familiar nordestina neste tipo de lavouras foi na produção de banana e de laranja que, após dez anos de crescimento, se tornaram majoritaria-

mente familiar. Também se destacou a produção de uva, que embora não seja majoritária, cresceu substancialmente entre 1996 e 2006, passando de 2,9% para 13,9% (Tabela 5). Estas produções provavelmente estão relacionadas ao fortalecimento da agricultura familiar nos perímetros irrigados.

Tabela 5 - Participação dos familiares na produção de produtos da lavoura permanente do Nordeste (%) total e por grupo de renda – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste		Grupos de Renda Nordeste (2006)				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Banana	56,0	68,6	66,0	1,7	0,4	0,5	62,7
Café	22,6	19,7	12,1	3,8	1,5	2,3	27,1
Laranja	64,2	77,9	71,3	3,9	1,2	1,5	24,6
Uva (vinho + mesa)	2,9	13,9	13,3	0,3	0,1	0,2	48,0

Fonte: Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Na década de 1990 ocorreu uma forte expansão da fruticultura perene em áreas irrigadas no Nordeste, principalmente no polo Petrolina/Juazeiro. Devido ao seu ciclo relativamente curto, a banana é a principal cultura usada pelos agricultores familiares na transição entre cultivos temporários para perenes (Correia, et al. 2001).

A produção de uva em contexto familiar acontece principalmente na região de Petrolina, onde algumas vitivinícolas decidiram integrar produtores de assentamentos na produção de uva para vinho. Identifica-se também alguma produção de uva nos estados do Ceará e Paraíba.

O grande avanço nestes produtos está praticamente restrito ao Grupo A, (Tabela 5) de renda mais alta, que é o possui maior acesso a tecnologia também. Trata-se, entretanto, de um grupo pequeno de agricultores familiares que conseguem se engajar neste tipo de produção. O restante pouco participa das lavouras permanentes citadas.

Merece destaque o crescimento da participação da agricultura familiar nos seguintes estados: Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco para uva; Alagoas, Bahia, Pernambuco, Piauí e Sergipe para banana; e Alagoas, Ceará e Maranhão para laranja (Tabela 6).

Com relação à cultura do caju, atividade importante para os estados de Ceará e Piauí, quase toda a receita advém da comercialização da castanha sendo que a agricultura familiar é responsável por 69,2% da produção total de castanha de caju no

Nordeste (Tabela 7). Dentre os grupos da agricultura familiar, o grupo A, de maior renda, é responsável por 54% dessa produção e se somarmos o grupo A com o B, se chega a 78% da produção de castanha da agricultura familiar.

Tabela 6 – Participação dos estabelecimentos familiares no VBP de produtos da lavoura permanente dos estados do Nordeste (%) – 1996 e 2006

Estado	Banana		Café		Laranja		Uva	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
AL	68,3	78,0	75,1	98,7	65,1	95,2	-	-
BA	59,9	71,8	20,2	19,0	68,0	76,2	3,6	18,6
CE	57,0	63,4	50,9	41,8	54,5	92,4	4,7	32,8
MA	66,4	66,1	74,9	94,5	69,4	93,4	-	-
PB	60,3	67,2	76,3	74,7	79,6	53,9	57,5	71,5
PE	44,0	68,4	47,7	48,0	68,7	89,5	2,0	11,6
PI	65,7	90,2	67,0	58,8	60,0	11,0	-	8,3
RN	58,6	57,3	70,7	100,0	33,8	4,5	-	-
SE	71,7	91,9	79,9	-	59,6	76,5	95,1	-

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Ocorre grande desperdício de caju devido sua alta perecibilidade e pequeno número de indústrias de beneficiamento. Em geral, as poucas indústrias existentes na região se localizam próximas dos centros produtores ou se integram verticalmente para garantir a entrada regular da matéria prima para a produção de sucos.

Tabela 7 – Produção de castanha de caju no Nordeste por grupo de renda em 2006

Tipo	Estabelecimentos		Produção	
	Quant.	%	Ton.	%
Familiar Total	61.950	90,8	116.587	69,2
Tipo A	7.464	10,9	51.031	30,3
Tipo B	18.704	27,4	29.921	17,8
Tipo C	9.785	14,3	12.364	7,3
Tipo D	25.997	38,1	23.271	13,8
Não Familiar	5.862	8,6	49.986	29,7
Total	68.227	100,0	168.443	100,0

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

Pesquisa realizada por Guanzioli, Souza Filho e Saboya (2009) revelou que os produtores que possuem mais de 20 hectares são os que conseguem utilizar melhor as técnicas e variedades geradas pela EMBRAPA para a produção de caju anão, enquanto que a maior parte dos pequenos e micro produtores são mais eficientes no cultivo do cajueiro gigante, numa espécie de extrativismo que se revelava mais rentável que o processo mais tecnificado devido aos altos custos deste em relação ao segundo.

5.2 Produtos da lavoura temporária

Os produtos da lavoura temporária da agricultura familiar foram divididos em dois grupos. No primeiro grupo, que está exposto na tabela 8, merecem destaque os produtos clássicos da agricultura familiar, como arroz e feijão, cuja participação entre os familiares é superior à média nacional, e a cebola, que é mais comercial e que aparece como sendo produzido quase que exclusivamente pelos familiares, que contribuem com 72,8% da produção de cebola no Nordeste.

Quando se analisa o percentual da produção por culturas com os estratos de renda surge uma clara diferenciação, como se pode apreciar na tabela 8. O grupo A é o que novamente aparece como o maior responsável pela produção de arroz e feijão, sendo que no caso da cebola os grupos B e D ainda têm contribuição significativa (12,7% e 14,9%, respectivamente).

Tabela 8 – Participação dos estabelecimentos familiares na produção da lavoura temporária total (%) e por grupo de renda – Nordeste e Brasil – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste		Grupos de Renda Nordeste (2006)				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Algodão	56,3	1,2	0,7	0,2	0,1	0,2	1,3
Arroz	70,3	86,8	68,1	6,8	3,9	8,0	40,1
Cana-de-açúcar	7,5	10,5	8,5	1,1	0,3	0,5	9,7
Cebola	57,0	72,9	41,8	12,7	3,5	14,9	69,6
Feijão	79,2	89,9	64,2	10,5	4,4	10,8	71,9

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

No caso do algodão registra-se uma queda fortíssima entre os dois Censos. Os estados onde se observa maior queda da participação da agricultura familiar na produção de algodão são aqueles onde ocorreu um grande incremento na produção empresarial nos cerrados, Bahia e Piauí.

Contribuíram para o declínio da cultura na região, a abertura de mercado em meados da década de 1990 e o sucateamento ou mesmo extinção de órgãos de assistência técnica estaduais, que juntamente com a ocorrência do bicudo no Nordeste praticamente dizimaram a cultura no semiárido, principal região nordestina produtora de algodão na época. Daí o desempenho negativo dos estabelecimentos familiares.

Por outro lado, a partir da safra 2000/01 ocorreu um desempenho extraordinário da cotonicultura nordestina em bases empresariais. A abundância de terras aptas e baratas nos cerrados nordestinos motivou maior migração de produtores de regiões

tradicionais de algodão do Sul e Sudeste do país, e estes, dispendo de tecnologia e experiência na atividade, aliadas a incentivos governamentais, acabaram promovendo o grande incremento da produção e produtividade da cultura no Oeste baiano, Sul maranhense, Sul e Sudoeste do Piauí.

A agricultura familiar não é competitiva frente às boas condições de produção de algodão nos cerrados. Porém, já existem muitos pequenos agricultores que estão direcionando sua produção ao atendimento de nichos de mercado, como o algodão colorido e o orgânico.

No segundo grupo de produtos analisados da lavoura temporária destacam-se o fumo, a mandioca e o milho como produtos preferenciais da agricultura familiar. Este último produto no Nordeste é mais representativo entre os familiares do que na média nacional (Tabela 9).

Tabela 9 – Participação dos estabelecimentos familiares na produção da lavoura temporária total e por grupo de renda - Nordeste e Brasil (%) – 1996 e 2006

Produto	Familiar Nordeste (%)		Grupos de Renda NE (%) - 2006				Familiar Brasil 2006
	1996	2006	A	B	C	D	
Fumo	84,5	67,7	37,4	9,8	7,3	13,1	95,7
Mandioca	82,4	94,3	78,0	7,3	3,4	5,7	88,3
Milho	65,5	76,3	57,7	7,8	3,4	7,4	53,0
Soja	2,7	2,1	1,3	0,1	-	0,7	25,9

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

A comparação entre os censos de 1996 e 2006 evidenciou crescimento da participação dos agricultores familiares na produção de mandioca e milho no Nordeste, por outro lado houve diminuição na produção de fumo.

No Nordeste a soja é muito pouco produzida por familiares, diferentemente da média nacional, que tem 25,9% da produção realizada por este tipo de produtores. A soja começou a ser produzida na região de cerrado da Bahia, Maranhão e do Piauí quase totalmente por agricultores gaúchos em moldes empresariais e em grandes extensões de terra, enquanto no Sul ainda é uma produção suscetível de ser realizada por familiares.

Quando se analisa por grupo de renda novamente aparece o grupo A como o maior produtor como se pode ver na tabela 9.

Em quase todos os produtos listados, o grupo A contribui com a maior parte da produção: mandioca (78 pontos percentuais sobre 94,4% produzidos

pela agricultura familiar, o que representa mais de 80,0% do total da mandioca produzida no Nordeste), milho (57,7% de 76,3% produzido pelos agricultores familiares). O produto que integra mais produtores pobres é o fumo, os demais são quase totalmente produzidos pelo grupo de renda mais elevada.

5.3 Pecuária

No caso da produção animal, a participação dos agricultores familiares é menos significativa. Contrariamente aos produtos da lavoura temporária e permanente, a pouca produção animal dos familiares se dá nos estratos de renda mais baixa, que são os que produzem quase a totalidade da pecuária de corte da agricultura familiar, assim como na pecuária de leite, na suinocultura e na avicultura (Tabela 10).

São produções em geral muito precárias, sem nenhuma tecnologia e realizadas em “fundos de quintais”. Como servem de poupança para tempos difíceis, os mais pobres, que não encontram outra forma de poupar, criam algumas cabeças de gado bovino para essa finalidade. Como são numerosos, mais de 1.000.000 de estabelecimentos que exercem a pecuária, acabam somando em participação expressiva no total.

Os produtores do grupo D são responsáveis por 86% da produção dos familiares em pecuária de corte, por 94% em pecuária de leite, 80% em suínos e 68% em aves.

Ao analisar os valores de VBP por estado e comparar os dados dos dois Censos observa-se uma queda na produção de leite e de carne pelos familiares no Nordeste, entre 1996 e 2006, em todos os estados (Tabela 11).

Tabela 10 – Participação dos estabelecimentos familiares no VBP animal do Nordeste por grupo de renda (%) – 2006

Tipo de agricultor	Segmento			
	Pecuária de Corte	Pecuária de Leite	Suínos	Aves e Ovos
Familiar Total	22,2	31,3	77,8	29,7
Tipo A	1,4	1,2	4,8	5,3
Tipo B	1,1	0,4	5,3	2,3
Tipo C	0,6	0,2	5,2	1,9
Tipo D	19,0	29,6	62,5	20,3
Não Familiar Total	76,7	67,6	21,4	69,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 2006. Tabulações especiais.

Isto resulta surpreendente, porque a pecuária de leite sempre foi uma atividade tradicional da agricultura familiar, tanto no Nordeste como em outras regiões. No entanto, a exigência de resfriamento,

juntamente com a falência de muitas cooperativas e a conseqüente concentração do segmento processador, deve ter influenciado no abandono desta produção por inúmeros pequenos produtores do Nordeste.

Tabela 11 – Evolução da participação dos estabelecimentos familiares no VBP animal dos estados do Nordeste (%) – 1996 e 2006

Região / UF	Pecuária de Corte		Pecuária de Leite		Suínos		Aves e Ovos	
	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006
NE	42,6	22,2	53,3	31,3	64,1	77,8	26,2	29,7
AL	41,5	23,8	42,5	22,1	30,3	61,5	22,8	61,7
BA	36,5	18,3	49,5	30,0	59,3	68,5	45,8	46,5
CE	47,7	25,6	54,7	27,4	65,8	79,2	25,7	32,5
MA	38,3	25,4	54,1	50,3	68,5	84,2	54,5	72,3
PB	52,0	21,0	62,4	30,4	73,6	79,2	26,1	35,8
PE	52,0	21,6	58,0	29,6	54,8	78,2	11,7	9,4
PI	53,1	39,2	59,3	32,4	87,8	90,2	34,6	64,5
RN	44,8	20,3	45,0	36,6	66,1	76,6	22,4	17,7
SE	45,4	22,9	58,4	35,7	66,3	76,7	26,9	35,2

Fonte: Censos Agropecuários, 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

No sentido contrário, houve avanços produtivos na produção de suínos e aves, merecendo destaque Alagoas, Pernambuco e Maranhão em suínos e Alagoas, Maranhão e Piauí em aves. A expansão da suinocultura e avicultura nos estados do Maranhão e Piauí provavelmente está associado a produção de grãos nos cerrados.

Outra atividade pecuária que merece destaque no Nordeste é a ovinocaprinocultura, pois representa uma alternativa para produção de carne e pele, auxiliando na permanência do homem no campo.

A caprinocultura e a ovinocultura no Nordeste são atividades eminentemente familiares, 91,6% dos estabelecimentos que possuem caprinos e 89,2% que possuem ovinos são do tipo familiar e envolve um contingente expressivo de animais (5.096.090 de caprinos e 5.870.872 ovinos) (Tabela 12). O desafio é melhorar a eficiência dessa produção.

Na produção para o mercado (vendidos e abatidos) também são majoritários, mas o percentual de animais vendidos (77,1% de caprinos e 76% de ovinos) pelos familiares é inferior a sua participação nos estabelecimentos, o que revela claramente sua menor inclinação às atividades comerciais, relativamente, em relação aos patronais.

Essa desproporção fica mais evidente ainda com a produção de leite caprino para o mercado, da qual os familiares participam com 65,4% enquanto os não familiares atingem o percentual de 34,6%,

apesar de serem muito minoritários em termos do número de estabelecimentos dedicados a criação de caprinos.

Tabela 12 – Participação relativa da agricultura familiar na produção de caprinos e ovinos no Nordeste do Brasil – 2006

Indicador	Valores Absolutos		Total	Percentual %	
	Familiar	Não Familiares		Familiar	Não Familiares
Caprinos					
Nº Estabelecimentos com Caprinos	228.562	20.925	249.487	91,6	8,4
Efetivo Total de Caprinos	5.096.090	1.374.474	6.470.564	78,8	21,2
Caprinos Vendidos	804.871	239.493	1.044.364	77,1	22,9
Caprinos Abatidos	339.222	76.535	415.757	81,6	18,4
Nº Estabelecimentos Produzem Leite	13.770	1.163	14.933	92,2	7,8
Leite Vendido (lts)	9.200.461	4.867.810	14.068.271	65,4	34,6
Ovinos					
Nº Estabelecimentos com Ovinos	277.674	33.451	311.125	89,2	10,8
Efetivo Total de Ovinos	5.870.872	1.919.682	7.790.554	75,4	24,6
Ovinos Vendidos	1.116.030	352.618	1.468.648	76,0	24,0
Ovinos Abatidos	444.108	103.993	548.101	81,0	19,0
Nº Estabelecimentos Produzem Leite	589	63	652	90,3	9,7

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais.

Em termos quantitativos vende-se, em cada ano, uma proporção bastante elevada do estoque efetivo de caprinos, o que revela certa rotatividade do plantel de animais.

Para a ovinocultura os percentuais de rotatividade são levemente superiores aos da caprinocultura. Os agricultores familiares vendem 19% e abatem aproximadamente 7,6% do total do efetivo (Tabela 13), o que implica em dizer que por cada ovino existente, ¼ de ovino é produzido e vendido no mercado por ano. Trata-se sem dúvida de um índice bastante baixo de produtividade e que, além disso, não revela o aspecto qualitativo da atividade: kgs por animal abatido, tempo de engorda, parições etc. assuntos estes que deveriam ser parte de um estudo mais aprofundado.

A quantidade de animais abatidos, tanto caprinos quanto ovinos, em relação ao total de vendidos mostra que se trata de uma atividade de venda de animais em pé preferencialmente, já que os abatidos no estabelecimento são menos significativos. Essa situação não difere de forma muito grande entre os estabelecimentos familiares e os não familiares.

A produção de leite caprino é bastante parecida entre os familiares e não familiares, com uma

quantidade de leite produzida que não chega a um litro por cabra ordenhada por dia (0,6 lts por dia por cabra). Não se tem a disposição dados de leite processado.

Tabela 13 – Ovinos e caprinos. Indicadores de eficiência por tipo de agricultor – 2006

Indicador	Familiar	Não Familiar	Total
Caprinos			
Vendidos/Efetivo (%)			16,1
Abatidos/Efetivo (%)			6,4
Leite produzido por cabra ordenhada por ano (Litros)			203,0
Ovinos			
Vendidos/Efetivo (%)			18,9
Abatidos/Efetivo (%)			7,0

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais.

A ovinocaprinocultura, entretanto, gera algum recurso monetário para os agricultores familiares, que embora bastante reduzido, permite manter um estoque de animais, que também serve como alimento para a família. No entanto, a baixa produtividade se reflete em baixa rentabilidade como se vê na tabela 14.

Tabela 14 – Indicadores de rentabilidade por tipo de agricultor - 2006

Renda/Segmento	Valores Anuais (R\$)/Tipo de Estabelecimento		
	Familiar	Não Familiar	Total
Caprinos			
Renda Animais Abatidos e Vendidos	62.766.766	20.869.097	83.635.863
Renda Leite	21.853.895	6.719.613	28.573.508
Renda Total por Estabelecimento	370	1.319	450
Ovinos			
Renda Animais Abatidos e Vendidos	101.527.378	39.420.480	140.947.858
Renda Total por /estabelecimento	366	1.179	453

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais. Valores em R\$ de 2006.

Percebe-se que um agricultor familiar obtém no Nordeste, em média, R\$ 370,0 por ano de renda monetária advinda em parte do leite (1/3 aproximadamente) e o restante da venda e abate de caprinos. Isto implica em algo como R\$ 31,0 por mês de renda monetária. Os não familiares obtêm uma renda bastante superior por estabelecimento (R\$ 1.318,5 por ano), mas que não revela, na média, tampouco a existência de nenhuma atividade empresarial importante.

A renda obtida com a ovinocultura familiar, do mesmo modo que com a caprinocultura, gera em torno de R\$ 1,00 por dia de renda monetária, mas à diferença da criação de caprinos, praticamente sua totalidade advém da venda ou abate de animais.

Essa renda monetária, na verdade, encobre a existência de uma atividade de autoconsumo, que é o objetivo central do caprinocultor e ovinocultor do semiárido. Ele desenvolve uma atividade extensiva, com animais soltos na caatinga sem manejo adequado, mas que lhes permite acesso à proteína animal durante o transcurso do ano.

A análise por grupo de renda confirma esta assertiva, pois a maior parte do efetivo está concentrada no grupo mais pobre da agricultura familiar (D, com 45,4% dos caprinos e 40,4% dos ovinos) o que revela que se trata de atividades de subsistência principalmente (Tabela 15). Os setores mais desenvolvidos da agricultura familiar (A) dedicam-se provavelmente a outras atividades mais lucrativas que exigem menor uso da terra como fator de produção.

Enquanto não houver limitações ecológicas nem de uso das terras, essa atividade continuará sendo exercida sem tecnologia, mas fundamental para a alimentação e sobrevivência das famílias.

Com relação à comercialização, os grupos de renda da agricultura familiar têm percentuais semelhantes em torno de 20% do plantel efetivo de animais, o que significa que cada matriz produz menos de 1/5 de animal por ano para venda.

6 Rentabilidade da agricultura familiar no Nordeste

Os quatro grupos da agricultura familiar nordestina, definidos neste trabalho, apresentam-se completamente distintos, pois auferem níveis de renda diferentes e muito distantes entre eles (alta variância, ou dispersão com relação à média).

O grupo A (6,8% dos estabelecimentos familiares) auferiu em 2006, renda líquida de R\$ 45.744,3, isto é, R\$ 3.812,0 mensais, aproximando-se da média nacional, e superior a renda média

obtida pelos produtores não familiares nordestinos, fora o auferido indiretamente com o autoconsumo e o aluguel não pago, por se tratar de moradia própria. Sobram a este segmento recursos suficientes para realizar investimentos nos seus estabelecimentos.

Por outro lado, os outros grupos (B, C e D) vivem com algo que varia entre R\$ 146,00 por mês até R\$ 17,00 por mês de renda monetária. Estes grupos somados representam 2.118.741 estabelecimentos, sendo que o segmento mais pobre isoladamente é composto por 1.415.583 estabelecimentos.

Tabela 16 – Renda monetária líquida média anual (em R\$) por tipo de estabelecimento no Nordeste e no Brasil por grupo de renda – 1996 e 2006

Tipo de Agricultor	Brasil	Nordeste		Taxa de crescimento NE (%)
	2006	1996	2006	
Tipo A	53.236,0	20.007,0	45.744,30	128,6
Tipo B	3.725,0	3.616,0	1.756,70	-51,4
Tipo C	1.499,0	1.346,0	1.062,80	-21,0
Tipo D	255,0	140,0	199,7	42,6
Patronal	70.903,0	21.913,0	44.139,60	101,4

Nota: Valores atualizados pelo IGP-DI.

Fonte: Censos Agropecuários 1995-1996 e 2006. Tabulações especiais.

No período compreendido entre 1996 e 2006 a renda monetária líquida dos agricultores do grupo A apresentou elevada taxa de crescimento (128,6%), inclusive maior que a obtida pelos patronais (101,4%). Por outro lado, os produtores dos grupos B e C, que possuem piores condições de produção, tiveram resultados negativos.

A taxa de crescimento positiva do grupo D provavelmente deve-se ao programa de transferência de renda do Governo Federal. Na prática, estes estabelecimentos são todos de autoconsumo, com baixíssima ou quase nula integração aos mercados. Segundo alguns especialistas este tipo de agricultores não deveriam sequer ser considerados agricultores familiares.

Porém, estes agricultores produzem alguns alimentos para a subsistência da família, ganham

Tabela 15 - Distribuição da produção e venda de caprinos e ovinos por classe de produtor familiar

Classe	Caprinos				Ovinos			
	Efetivo		Vendidos		Efetivo		Vendidos	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
A	692.848	13,6	189.186	23,5	961.088	16,4	305.148	27,3
B	1.376.632	27,0	242.740	30,2	1.704.803	29,0	342.077	30,7
C	714.904	14,0	123.529	15,3	832.140	14,2	155.512	13,9
D	2.311.706	45,4	249.416	31,0	2.372.841	40,4	313.293	28,1
Total	5.096.090	100,0	804.871	100,0	5.870.872	100,0	1.116.030	100,0

Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2006. Tabulações especiais.

alguns recursos de atividades rurais não agrícolas e vivem nas áreas rurais. Portanto, além de estarem ligados por laços familiares são também agricultores, que caso recebessem apoio do Governo poderiam retomar suas atividades e eventualmente gerar alguma receita monetária maior, principalmente os mais jovens.

Outro aspecto importante é que houve concentração da produção entre os agricultores familiares. Em 1996 a Renda Monetária Líquida do Nordeste já era concentrada nos grupos A e B (Tabela 17), sendo que as imperfeições das políticas públicas têm agravado essa situação.

Tabela 17 – Distribuição da renda monetária líquida do Nordeste por tipo de agricultor em 1996 e 2006

Tipo de Agricultor	Participação na Renda Agricultura Total (%)		Participação na Renda da Agricultura Familiar (%)	
	1996	2006	1996	2006
Tipo A	23,8	45,3	48,0	84,0
Tipo B	16,1	5,0	32,0	9,0
Tipo C	7,6	1,8	15,0	4,0
Tipo D	2,3	1,8	5,0	3,0
Não familiar Total	47,8	45,2	0,0	0,0
Não Identificado	2,4	0,9	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário, 1995-1996. Tabulações especiais.

Verifica-se que em 1996 os produtores do tipo A geravam a maior parte da renda total monetária da agricultura familiar (48% do total), porém o grupo B também tinha um percentual expressivo (32% do total).

Em 2006, a situação em termos de concentração de renda piorou. Percebe-se que aquilo que era controlado, em 1996, pelos grupos A e B (80%), em 2006 passou a ser gerado apenas pelos estabelecimentos do grupo A, que passou a ser responsável por 84% da renda monetária líquida dos familiares do Nordeste.

7 Considerações finais

Neste trabalho mostrou-se inicialmente que houve avanços significativos na participação dos familiares no conjunto da agricultura brasileira, que em 1996 era responsável por 37,9% do Valor Bruto da Produção total e passou para 40,0% em 2006. No Nordeste este avanço foi ainda maior, passou de 43,0% em 1996 para 50,2% em 2006, embora numa área menor que a dos não familiares. Ficou evidenciado ainda que este avanço não teria sido

possível se a agricultura familiar não fizesse parte das cadeias do agronegócio, que teve um *boom* surpreendente na década analisada.

A agricultura familiar também continua sendo mais eficiente no uso dos fatores terra e capital o que é coerente com sua relativa escassez e, portanto, necessidade de usá-los mais intensivamente, contrariamente ao uso do fator trabalho, que tem sido mais eficiente entre os agricultores patronais, para os quais este é o fator mais escasso.

Os dados apontam que, no Nordeste brasileiro, considerável parcela do VBP de importantes produtos agropecuários é produzida nos estabelecimentos familiares: banana (68,6%); laranja (77,9%); castanha de caju (69,2%); arroz (86,8%); feijão (89,9%); mandioca (94,3%); milho (76,3%); suínos (77,8%); caprinos (91,6% e ovinos (89,2%).

Por outro lado, a agricultura familiar nordestina não apresentou grande evolução com relação ao uso de tecnologias e assistência técnica entre 1996 e 2006. Ocorreu avanço no uso da tração animal, porém um percentual muito elevado, mais de 40% dos agricultores familiares nordestinos ainda utiliza exclusivamente a força manual. O único indicador tecnológico realmente positivo foi o incremento dos estabelecimentos com energia elétrica, resultado de programas governamentais, como o Luz para Todos e Luz no Campo.

Há que se considerar que algumas tecnologias analisadas são pouco eficientes ou difíceis de serem adotadas pelos agricultores familiares do Nordeste devido às condições fundiárias, edáficas e econômicas dos estabelecimentos familiares do semiárido. Neste trabalho não foram analisadas as tecnologias de convivência com o semiárido, que alia tecnologia a realidade das comunidades.

Os dados apontaram ainda para a existência de várias agriculturas familiares no Nordeste e para um forte processo de intensificação da produção entre os agricultores familiares consolidados e concentração de renda monetária líquida, juntamente com a persistência de um grande segmento de agricultores familiares de baixíssima produtividade e produção em geral.

Entre os estabelecimentos familiares apenas 6,8% auferem renda líquida monetária compatível com um bom padrão de vida, o restante continua incapaz de gerar renda suficiente para justificar a permanência do produtor na atividade. Contritoriamente a incidência de produtores familiares é maior onde há maior nível de pobreza.

Diante dessas constatações pode-se concluir que as políticas que devem ser dirigidas aos grupos de agricultores familiares estagnados e periféricos não podem ser as mesmas que as dirigidas ao grupo de agricultores consolidados (Grupo A). Este último é sensível a políticas agrícolas, como crédito, preços mínimos, e outras de desenvolvimento tecnológico. Os demais grupos (B, C e D) deveriam ser objeto de políticas sociais. Falta-lhes capital humano, terra, água, infraestrutura física e capacitação, para que possam eventualmente desenvolver atividades agropecuárias de forma eficiente.

Referências

- CARDIM, S. K.; GUANZIROLI, C. H. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília: MDA/INCRA, 2000. 74p. (Projeto de Cooperação Técnica (FAO/INCRA).
- CORREIA, R. C.; ARAÚJO, J. L.P.; CAVALCANTI, E. de B. A fruticultura como vetor de desenvolvimento: o caso dos municípios de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 39., 2001, Recife. **Anais...** Recife: SOBER, 2001. 1 CD-ROM.
- EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2000. Disponível em: <http://www.banconordeste.gov/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irrigacao/Docs/Agricultura%20Familiar%20no%20Brasil%20e%20no%20Nordeste.PDF>. Acesso em: 07 mar. 2014.
- GUANZIROLI, C. E.; SOUZA FILHO, H. M.; VALENTE JÚNIOR, A. S. **Cadeia produtiva da castanha do caju: estudo das relações de mercado**. Fortaleza: IICA; Banco do Nordeste, 2009.